

11/04/2019 - 05:00

Coexistência pacífica 2.0

Por **Dani Rodrik**

A economia mundial precisa desesperadamente de um plano para a "coexistência pacífica" entre Estados Unidos e China. Cada lado precisa aceitar o direito do outro de se desenvolver sob os próprios termos. Os EUA precisam deixar de tentar remodelar a economia chinesa à imagem da economia de mercado capitalista e a China precisa aceitar as preocupações dos EUA quanto ao emprego e ao vazamento de tecnologias, assim como os ocasionais limites de acesso aos mercados americanos decorrentes dessas preocupações.



O termo "coexistência pacífica" evoca a Guerra Fria entre EUA e União Soviética. O líder soviético Nikita Krushev compreendeu que a doutrina comunista de eterno conflito entre os sistemas capitalista e socialista continuava em vigor mesmo depois de ter perdido a validade. Os EUA e outros países ocidentais não ficariam suficientemente maduros para albergar revoluções comunistas em um futuro tão breve, assim como eles dificilmente desalojariam regimes comunistas no bloco soviético. Os regimes comunista e capitalista precisariam viver lado a lado.

O impasse de hoje entre EUA e China tem raízes no paradigma econômico falho que eu tenho chamado de "hiperglobalismo", sob o qual os países precisam abrir suas economias ao máximo para empresas estrangeiras, independentemente das consequências para suas estratégias de crescimento ou modelos sociais. Esse paradigma exige que modelos econômicos nacionais - as regras domésticas que governam os mercados - tenham um grau considerável de convergência. Sem tal convergência, as leis e padrões nacionais entram em cena impedindo o acesso ao mercado. Elas são tratadas como "barreiras comerciais não tarifárias" na linguagem dos economistas e advogados especialistas em comércio exterior.

Dessa forma, a principal queixa dos EUA contra a China é que as políticas industriais chinesas tornam difícil para as empresas americanas operarem no país. Créditos subsidiados mantêm as empresas estatais à tona e lhes permitem produzir em excesso. As exigências de transferência de tecnologia obrigam os investidores estrangeiros a entrar em empreendimentos conjuntos com as firmas chinesas. Leis restritivas impedem que firmas financeiras americanas atendam clientes chineses. O presidente dos EUA, Donald Trump, aparentemente está disposto a levar adiante sua promessa de impor tarifas adicionais sobre exportações chinesas no valor de US\$ 200 bilhões, se a China não ceder às exigências dos EUA nessas áreas.

Por seu lado, a China tem pouca paciência com os argumentos de que suas exportações foram responsáveis por impactos significativos nos mercados de trabalho dos EUA. Gostaria que os EUA continuassem abertos às exportações e investimentos chineses. A abertura da própria China ao comércio mundial, contudo, foi cuidadosamente administrada e gradativa, para evitar impactos adversos no emprego e no progresso tecnológico.

A coexistência pacífica exigiria que EUA e China permitissem maior espaço político um ao outro, com a integração econômica internacional cedendo prioridade a objetivos sociais e econômicos domésticos nos dois países (assim como em outros). A China teria carta branca para levar adiante suas políticas industriais e leis financeiras, de forma a criar uma economia de mercado com características chinesas distintivas. Os EUA seriam livres para proteger seus mercados de trabalho do dumping social e para exercer maior supervisão sobre investimentos chineses.

A China entrou na OMC porque havia se tornado uma economia de mercado no estilo ocidental. Um regime de comércio mundial que não consegue acomodar a economia de maior fluxo de comércio do mundo é um regime que precisa urgentemente de reparos

O argumento de que uma abordagem como essa abriria as comportas do protecionismo, paralisando o comércio mundial, é baseada em uma má compreensão do que motiva as políticas comerciais abertas. Como indica o princípio da vantagem comparativa, os países comercializam no exterior porque isso é de seu próprio interesse. Quando adotam políticas que restringem o comércio é porque conseguem benefícios compensadores em outras áreas ou por falhas em políticas domésticas (por exemplo, a incapacidade de compensar os que saem perdendo).

No primeiro caso, um comércio mais livre não se justifica porque deixaria a sociedade em situação pior. No segundo caso, um comércio mais livre pode ser justificado, mas apenas se a falha política for solucionada (e forem oferecidas compensações aos que saem perdendo). Acordos internacionais e parceiros comerciais não têm como discriminar confiavelmente entre esses dois casos. E mesmo se pudessem, não está claro que poderiam proporcionar a solução adequada (possibilitar tal compensação, para continuar no mesmo exemplo) ou evitar problemas políticos adicionais (a entrada em cena de outros interesses especiais, como os de grandes bancos ou firmas multinacionais).

Vejamos a China sob esse prisma. Muitos analistas acreditam que as políticas industriais da China desempenharam um papel-chave em sua transformação em potência econômica. Se for assim, restringir essas práticas não seria de interesse da China nem do resto da economia mundial. Por outro lado, pode ser que no cômputo geral essas políticas sejam nocivas economicamente, como outros têm argumentado. Mesmo nesse caso, porém, a maior parte do custo recai sobre os próprios chineses. Seja como for, há pouco sentido em dar poder a negociadores comerciais - e aos interesses especiais à espreita por trás deles - para resolver problemas fundamentais de política econômica sobre os quais há pouco consenso mesmo entre economistas.

Aqueles que se preocupam com um suposto caminho sem volta do protecionismo deveriam encorajar-se com a experiência do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) antes da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Pelo regime do GATT, os países tinham muito mais liberdade para dedicar-se a suas próprias estratégias econômicas. As regras de comércio exterior eram mais fracas e menos abrangentes. Ainda assim, o comércio mundial expandiu-se (em relação à produção mundial) em um ritmo maior nos 35 anos depois da Segunda Guerra Mundial do que no regime hiperglobalista pós-90.

Da mesma forma, é possível argumentar de forma convincente que, graças a suas políticas heterodoxas de crescimento, a China hoje é um mercado maior para os exportadores e investidores estrangeiros do que se tivesse ficado presa às políticas de conformidade da OMC.

Por fim, alguns podem dizer que essas considerações são irrelevantes, porque a China entrou na OMC e precisa seguir suas regras. Mas a entrada da China na OMC foi baseada na ideia de que havia se tornado uma economia de mercado no estilo ocidental ou que em breve se tornaria. Isso não se materializou e não há bons motivos para esperar que vá se materializar (ou deva). Um erro não pode ser consertado agravando-o. Um regime de comércio mundial que não consegue acomodar a economia de maior fluxo de comércio do mundo, a China, é um regime que precisa urgentemente de reparos. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Dani Rodrik é professor de economia política internacional na John F. Kennedy School of Government, em Harvard, e autor de "Straight Talk: Ideas for a Sane World Economy". Copyright: Project Syndicate, 2019.

www.project-syndicate.org